



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

164

16  
C

Embargos de declaração nº 140415-5/03 – Comarca do Cabo de Santo Agostinho

Embargante: COMAFAL – Comercial e Industrial de Ferro e Aço Ltda.

Embargado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PROVA PERICIAL. LEGITIMIDADE DAS ESCRITAS CONTÁBEIS. REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. PODER-DEVER DO JUÍZO DE 1º GRAU. INOCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Constatação da existência ou não de irregularidade em escrita contábil que originou notificação de dívida fiscal. 2. Primeira perícia descartada pelo juízo, ante seu caráter inclusivo. 3. Renovação da prova pericial. 4. Inocorrência de Preclusão. 5. Aquilatação da qualidade ou não da perícia é do juízo natural de primeiro grau. 6. Aclaratórios improvidos à unanimidade.

5527

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes dos embargos de declaração nº 140415-5/03, supra referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto – Relator*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Substituto Desembargador Ricardo Paes Barreto*

165

**Embargos de declaração nº 140415-5/03 - Comarca do Cabo de Santo Agostinho**

**Embargante:** COMAFAL - Comercial e Industrial de Ferro e Aço Ltda.

**Embargado:** Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recursos de embargos de declaração diante de acórdão adiante ementado:

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. PROVA PERICIAL. LEGITIMIDADE DAS ESCRITAS CONTÁBEIS. REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. PODER-DEVER DO JUÍZO DE 1º GRAU. INOCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. 1. Constatação da existência ou não de irregularidade em escrita contábil que originou notificação de dívida fiscal. 2. Primeira perícia descartada pelo juízo, ante seu caráter inclusivo. 3. Renovação da prova pericial. 4. Inocorrência de Preclusão. 5. Aquilatação da qualidade ou não da perícia é do juízo natural de primeiro grau. 6. Agravo de instrumento improvido à unanimidade. (AI 140415-5, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, DJ de 12/06/2008).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido omissa quanto ao fato de que a determinação de nova perícia no processo de origem não se deu em face do caráter inservível da primeira realizada, mas sim para atender aos reclamos do embargado, prequestionando-se o art. 138, parágrafo único, do CPC.

É o relatório.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Embargado Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Embargos de declaração nº 140415-5/03 - Comarca do Cabo de Santo Agostinho

Embargante: COMAFAL - Comercial e Industrial de Ferro e Aço Ltda.

Embargado: Estado de Pernambuco.

VOTO

A decisão desta Relatoria é bastante clara quanto ao fato de que é possível ao juízo de primeiro grau a determinação de uma nova perícia, uma vez que considere que a primeira realizada não estaria suficientemente conclusiva para julgar o processo adequadamente.

Ora, essa prerrogativa do juízo *a quo* de considerar ou não a perícia já efetivada nos autos, e, eventualmente, determinar a realização de uma nova, faz parte do seu poder de buscar a realidade dos fatos, formando assim livremente seu juízo de convencimento, de forma que não cabe ao órgão judicial de segundo grau realizar esse juízo de aquilatação, sob pena de usurpação de competência daquele órgão.

Assim, pelos elementos coligidos aos autos, não se verifica que a realização da segunda perícia tenha se efetivado para atender o embargado, mas sim como fruto do poder de livre convencimento do magistrado, não restando vulnerado o disposto no art. 138, parágrafo único, do CPC.

Feitas estas considerações, conheço dos presentes aclaratórios para fins de prequestionamento, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator